

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.601.552 - SP
(2019/0307608-9)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : JOSÉ AMAURI TOTA
AGRAVANTE : NATALINO DE JESUS SOUZA
ADVOGADOS : PAULO EDUARDO CARNACCHIONI - SP036817
MARISA JULIA SALVADOR - SP063639
FÁBIO EDUARDO ROSSI - SP171855
AGRAVADO : SONIA MARIA BUSOLIN LUZ
ADVOGADOS : ROBERTO BENETTI FILHO - SP243589
ANSELMO MALVESTITI - SP242109

DECISÃO

Em virtude das razões expostas na petição de fls. 308-311, e-STJ, reconsidero a decisão de fls. 304-305, e-STJ, proferida pela Presidência desta Corte Superior. Passo à nova análise do agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

EMBARGOS DE TERCEIRO - Impenhorabilidade do bem imóvel por se tratar de bem de família - Ocorrência - Arguição da mãe da devedora, coproprietária do bem - Alegação de que a impenhorabilidade é inoponível, pois a executada não reside no imóvel - Irrelevância - Prova documental revela que a embargante reside no imóvel com a família - Impenhorabilidade que recai sobre a integralidade do bem - Precedentes - Caracterização do imóvel como bem de família - Ação procedente - Sentença mantida - Honorários advocatícios majorados para R\$ 5.000,00 em observância ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 - Recurso desprovido, com observação.

Nas razões do especial, apontam os agravantes violação do artigo 1º da Lei 8.009/90. Aduzem que a penhora sobre o imóvel de propriedade da executada é válida, visto não haver comprovação de que a devedora reside naquele bem, além de ela possuir outros imóveis.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal local após avaliar o acervo probatório, concluiu pela impenhorabilidade do imóvel intentado pelo credor (fls. 269-272, e-STJ):

Ficou incontroverso que a embargante-apelada reside no imóvel em litígio e é proprietária da fração ideal correspondente à sua metade.

O apelante insiste que a impenhorabilidade é inoponível no caso concreto, pois a penhora recaiu sobre a parte ideal de propriedade da executada (que é filha da embargante-apelada), que não mora no bem.

Sem razão.

A impenhorabilidade do bem de família recai sobre a integralidade do bem, não sendo possível, à exceção de hipóteses em que se vislumbre cômoda divisão, a penhora nem mesmo sobre a parte ideal do bem de titularidade da executada, pois a expropriação judicial para satisfação do crédito executado levaria, invariavelmente, ao prejuízo da proteção legal da moradia previsto pela Lei 8.009/1990. (...)

Como não ficou configurada tal hipótese excepcional, é irrelevante que a executada não seja a titular exclusiva da proteção legal, daí a manutenção da sentença que acolheu estes embargos de terceiro.

A jurisprudência adotada nesta Corte Superior é no sentido de que o reconhecimento da impenhorabilidade, justificado pelo Tribunal de origem, mediante conclusão de que o executado logrou êxito em demonstrar que o aludido imóvel caracteriza-se como bem de família, revela-se seara que se situa fora do âmbito de julgamento do recurso especial, conforme a Súmula 7 do STJ.

Vejam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRETENSÃO DE PENHORA DE IMÓVEL DO DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE. BEM DE FAMÍLIA. SÚMULA 7/STJ. ALEGAÇÃO DE FRAUDE. BEM DIVERSO. ESPÓLIO. CESSÃO DE QUOTA. NECESSIDADE DE DEMANDA PRÓPRIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A análise das questões debatidas no recurso especial demandam reexame do contexto fático-probatório dos autos, notadamente no que se refere ao enquadramento do imóvel dos devedores como bem de família, razão pela qual não há como afastar o óbice da Súmula 7/STJ.

2. A proteção conferida pela Lei 8.009/90 poder ser excepcionada nos casos em que restar provada a ocorrência de fraude em relação ao imóvel que era objeto do negócio jurídico frustrado. Tal circunstância não foi verificada no caso. Precedentes.

3. A pretensão de declaração de nulidade dos efeitos da cessão feita

no âmbito sucessório requer demanda própria, com instrução e procedimento aptos a desconstituir eventual negócio fraudulento.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1115613/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 26/9/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DANOS MORAIS. IMPENHORABILIDADE BEM DE FAMÍLIA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1162073/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 22/5/2018)

Desse modo, contrariar as conclusões do acórdão de origem, novamente, demandaria o reexame do acervo probatório, esbarrando no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, considerando-se suspensão a exigibilidade em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora